



O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PERMANÊNCIA DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES: UM ESTUDO SOBRE O IF SUDESTE MG CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI¹

The construction process of the permanence of student workers: a study on IF Sudeste MG Campus São João del-Rei

CARVALHO, Gisele Francisca da Silva²

BARROS, Leandro Eduardo Vieira³

RIBEIRO, Mariana Sampaio⁴

TITO, Luiz Fillipe de Souza⁵

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir quatro marcadores sociais que conformam a construção da permanência de trabalhadores-estudantes matriculados no ensino noturno técnico e superior: a faixa etária, a cidade de residência, o tipo de vínculo de trabalho e a remuneração. A partir dos dados de um questionário, foram utilizadas duas técnicas estatísticas para subsidiar a análise: o teste qui-quadrado e a análise de correspondência. Os resultados indicaram associações entre variáveis que revelaram condicionamentos não lineares aos quais os trabalhadores-estudantes estão submetidos e que constituem a produção diária da permanência estudantil. Concluímos que o conhecimento sobre essas associações pode subsidiar e orientar a elaboração de políticas institucionais de permanência em seu sentido amplo.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Permanência na escola. Análise estatística.

¹ Texto resultante de pesquisa desenvolvida entre os anos de 2020 a 2022, no programa de Iniciação Científica do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG) e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais e IF Sudeste MG. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP), parecer n. 4.029.897.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais campus São João del-Rei. Líder do grupo de pesquisa Estratégias didático-pedagógicas voltadas para o estudante-trabalhador (EDIPET). Membro do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETEC). E-mail: gisele.carvalho@ifsudestemg.edu.br.

³ Doutor em Administração pela Universidade Federal de Lavras. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais campus São João del-Rei. Membro do EDIPET. Coordenador de curso de graduação e Núcleo Docente Estruturante. E-mail: leandro.barros@ifsudestemg.edu.br.

⁴ Graduanda em Letras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais campus São João del-Rei. Bolsista de Iniciação Científica. Membro do EDIPET. E-mail: ribeiromariana.letras@gmail.com.

⁵ Graduando em Letras pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais campus São João del-Rei. Bolsista de Iniciação Científica. Membro do EDIPET. E-mail: luiztito2452@gmail.com.

ABSTRACT

The aim of this article is to present and discuss four social markers that shape the retention of working students enrolled in night school, technical and higher education: age, city of residence, type of employment relationship, and remuneration. From the data of a survey, two statistical techniques were used to support the analysis: the chi-square test and the correspondence analysis. The results indicated associations between variables that revealed non-linear conditioning to which student workers are submitted and that constitute the daily production of student experience/persistence. We conclude that knowledge about these associations can support and guide the elaboration of institutional retention policies in its broadest sense.

Keywords: Work and Education. Student Retention. Statistical analysis.

INTRODUÇÃO

Como os estudantes do ensino técnico e superior que trabalham para suprirem as necessidades básicas de sobrevivência durante o dia e estudam no período noturno, buscando qualificação profissional, conciliam, no contexto das contradições sociais, essa dupla jornada (e por vezes tripla, no caso das mulheres)? Essa é a pergunta que, desde 2015, norteia as atividades do Grupo de Pesquisa Estratégias didático-pedagógicas voltadas ao estudante-trabalhador (EDIPET), vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG). Pesquisadores desse grupo, Carvalho, Dias e Silva (2018), destacaram: (i) as múltiplas determinações que constituem o fenômeno da evasão e permanência no ensino técnico e superior de estudantes que trabalham; (ii) as contradições que envolvem a relação (ontológica) entre trabalho e estudo; (iii) as dimensões concretas de vida dos trabalhadores-estudantes; e (iv) as estratégias de permanência mobilizadas diante do desafio diário dessa conciliação tensa, contraditória e intempestiva. Nesse sentido, os sujeitos investigados na referida instituição de ensino são trabalhadores-estudantes (Sposito, 1986), dados os compromissos sociais assumidos diante da necessidade de uma fonte de renda para prover sustento que os impedem de se dedicarem somente aos estudos.

Para além dos aspectos relacionados à sobrevivência, pesquisas mais recentes, como a de Comin e Barbosa (2011), indicam que, para esses sujeitos, trabalhar também tem sido requisito para estudar, seja com gastos básicos de alimentação, transporte, seja pagando mensalidades, no caso daqueles que estudam em instituições particulares. Na ocasião, os autores investigaram as especificidades relacionadas ao trabalhadores que estudam em uma conjuntura socioeconômica relativamente favorável em dois sentidos: i) ampliação do acesso ao ensino superior público e privado por meio de políticas como o Reuni e o Prouni, sendo que, em 2009, houve um aumento de 400% no número de graduados brasileiros, comparado a 1982, cuja origem social é das classes populares; ii) diminuição das taxas de desemprego e aumento da renda nesse estrato social. Ainda assim, a partir desses estudos, os autores argumentaram que “o desejado encontro entre qualificações e ocupações não depende apenas da política educacional; diz respeito, em última instância, ao modelo de desenvolvimento econômico” (Comin; Barbosa, 2011, p. 77).

Relacionando ao objetivo deste artigo, duas conclusões sobre os trabalhadores que estudam trazidas por Comin e Barbosa (2011, p. 94) merecem destaque: a de que “o aquecimento do mercado de trabalho e o aumento da renda dos mais pobres lhes infundiram otimismo e renda para suportar a árdua convivência de jornadas extensas de trabalho com o estudo noturno”, e, também:

[...] quanto à premente necessidade de o Brasil elevar seus níveis de escolaridade, os cidadãos comuns, especialmente aqueles oriundos de famílias mais pobres, têm feito sua parte. Que a educação seja de baixa qualidade e que o mercado de trabalho não crie em número suficiente as oportunidades para que o investimento feito por eles em educação se realize plenamente são assuntos de outra alçada; dizem respeito a qualidade do desenvolvimento econômico. Dispor de uma força de trabalho mais qualificada confere ao país maior escopo para ‘escolher’ seus rumos de desenvolvimento e, a esse respeito, mais educação é sempre melhor do que menos educação (*Ibid.*, p. 95).

Ou seja, trabalhar para sobreviver e, possivelmente, estudar na fase adulta, é um padrão já conhecido em um país em que, historicamente, os mais pobres iniciam a trajetória laboral desde muito cedo.

Ademais, como aponta Vargas e Paula (2013), toda essa conjuntura deve ser analisada considerando a desproteção social do trabalhador que estuda, bem como a fragilidade das políticas educacionais brasileiras neste quesito. Ampliando a crítica, as autoras afirmaram que, nas universidades federais, esse público é tratado como “estudantes ideais da educação superior, vale dizer, como os bacharéis do início do século XIX, contam apenas consigo para enfrentar todas as adversidades que a sua condição socioeconômica lhes impõe” (*Ibid.*, p. 480).

Diante desse cenário, os estudos mais recentes sobre a permanência têm indicado a necessária ampliação do entendimento sobre o conceito de assistência estudantil. Isso porque *o permanecer estudando* envolve um conjunto de condições econômicas, culturais, simbólicas e psicológicas, o que demanda políticas institucionais de apoio material, pedagógico e de aproveitamento das atividades acadêmicas, indo além do ensino obrigatório em sala de aula, ancoradas em uma relação de reciprocidade entre o estudante e a instituição (Vargas; Heringer, 2017; Heringer, 2022).

No mesmo sentido, Mendes (2020a; 2020b) discute as desigualdades sociais que dificultam a permanência estudantil no ensino superior. Para a autora, as estratégias de permanência compõem um conjunto de ações empreendidas pelas instituições e pelos discentes, com a finalidade de favorecer a continuidade dos estudantes até a conclusão do curso. Ao discutir o tema, a autora esclarece que:

Estas estratégias podem ser consideradas no âmbito informal, seja individual ou coletivamente, ou formal, instituídas como política institucional. Tanto as estratégias informais como formais podem abranger a dimensão material: conciliação entre trabalho e estudo, estudo no período noturno, busca por bolsas e auxílios, subsídio familiar; quanto à dimensão simbólica. No aspecto da dimensão simbólica da permanência, há estratégias mais ligadas a processos individuais: buscar estudar mais para se sair melhor na disciplina, buscar apoio em colegas e professores; quanto processos mais ligados a dinâmicas coletivas, como a afirmação da identidade e busca por reconhecimento; estabelecimento de grupos e redes de apoio, bem como formas de organização coletiva com vistas a reivindicações frente à instituição e à sociedade (Mendes, 2020b, p. 402 - 403).

Como podemos observar, as estratégias de permanência podem ser informais (individuais ou coletivas) e formais (via políticas institucionais). Em ambos os casos, segundo Mendes (2020a; 2020b), as dimensões materiais e simbólicas trazem implicações para a constituição do processo de permanência.

Algumas das estratégias informais individuais relacionadas à escassez de tempo para estudar foram identificadas por Carvalho, Dias e Silva (2018): (i) máxima atenção às aulas presenciais, aproveitando o tempo na instituição; (ii) estudar nos finais de semana; (iii) estudar logo após a

aula. Importa realçar que elas são mobilizadas diante da realidade concreta de cada estudante, ou seja, conforme as especificidades sociais que envolvem constituições familiares e condições de trabalho. Assim, elas são colocadas em ação de diferentes maneiras, não sendo necessária e deliberadamente projetadas, passando pela contingência das dificuldades e dos desafios diárias impostos pela formação social contemporânea cada vez mais desigual.

Aprofundando a problemática sobre a dimensão formal e institucional das estratégias de permanência, Mendes (2020a) diferencia as políticas de redistribuição, definidas pelo seu caráter material que envolvem a concessão de bolsas, auxílios, a implementação de restaurantes universitários e moradia estudantil, entre outros - das políticas de reconhecimento, marcadas pelo aspecto simbólico, como, por exemplo, a busca de estabelecimento de vínculos de pertencimento entre o estudante e a instituição/curso. Ou seja, o processo de permanecer estudando é constituído na relação com as condições materiais e simbólicas, idiossincrasias dos sujeitos e relações de poder mais amplas presentes na sociedade de classes.

A partir desse ponto, ressaltamos que as discussões aqui expostas partem do entendimento de que o conjunto de estudantes ora investigados expressam, de forma particular, as múltiplas determinações de um fenômeno mais amplo, qual seja, estudar e trabalhar em um país em que as relações de trabalho estão cada vez mais precarizadas (Alves, 2011). Cabe destacar que somente 21,4% da população entre 18 e 24 anos frequenta o ensino superior (Brasil, 2019). Além disso, apenas 24,2% das matrículas em cursos superiores estão em instituições públicas (Brasil, 2019), estando esse nível de ensino sob domínio do setor privado. Ou seja, a matrícula em uma instituição federal de ensino já representa a superação de uma barreira social ao acesso à educação.

Dessa forma, a condição historicamente produzida de pertencerem às classes populares, típica dos estudantes do ensino noturno e materializada pela obrigatoriedade de trabalhar, impacta diretamente nas suas (im)possibilidades de vivência acadêmica. Ou seja, após alcançarem a aprovação em processo seletivo no ensino técnico ou superior gratuito, ainda necessitam mobilizar estratégias de permanência para alcançarem a conclusão do curso.

Ora, se as instituições em questão estão fundadas no tripé ensino, pesquisa e extensão e se a permanência estudantil em seu sentido ampliado se relaciona com outras experiências senão o estrito acompanhamento das aulas obrigatórias no turno da noite, eis identificada mais uma barreira (de caráter pedagógico) ao trabalhador-estudante, cujo tempo para estudo se restringe ao período noturno, uma vez que fora da sala de aula “a média geral de horas estudadas semanalmente é de 5,4” (Carvalho; Dias; Silva, 2018, p. 127), estando sua maior parte concentradas nos fins de semana.

De forma categórica, os estudos supracitados apontam que trabalhar e estudar são atividades da ordem do adverso (Vargas; Paula, 2013), do árduo (Comin; Barbosa, 2011), da desproteção social e limitadas ao que o período noturno tem a oferecer (Vargas; Heringer, 2017). Desse modo, aprofundando a questão mais geral que norteia o grupo Edipet, anunciada no início deste artigo, indagamos: como essas condições concretas e adversas de vida se manifestam e se associam, conformando a permanência estudantil ao analisarmos marcadores sociais específicos? Esta é a pergunta que orienta este artigo.

Ao investigarem as diferentes trajetórias de jovens brasileiros na transição para o trabalho, Guimarães, Brito e Comin (2020, p. 478) propuseram uma tipologia baseada em dados empíricos para a interpretação de possíveis padrões para tais trajetórias, os chamados “marcadores sociais – como a idade, o sexo, a condição racial, a residência-urbano-rural ou as características socioeconômicas do domicílio”. Os autores concluíram que existem múltiplas juventudes no Brasil, cujos percursos são socialmente determinados pelo movimento histórico das desigualdades estruturais. Não nos ateremos em detalhar os achados dessa pesquisa nos

limites deste artigo. Por hora, cumpre destacar a relevância de investigarmos como as condições concretas de vida expressas por marcadores sociais específicos operam e dificultam a realidade dos trabalhadores-estudantes, produzindo níveis diferentes de desigualdade que conformam a produção diária da permanência estudantil.

Diante do exposto, sustentamos que a necessidade de mobilização de uma determinada estratégia de permanência — formal, informal, material, simbólica ou a possibilidade de suas combinações — diferenciar-se-á conforme especificidades reveladas pelos marcadores sociais analisados, o que traz implicações para a elaboração de políticas de permanência institucionais.

Desse modo, o presente artigo tem o objetivo de apresentar e discutir quatro marcadores sociais que constituem a vida concreta desses estudantes e, comprovadamente (via testes estatísticos), trazem implicações, em diferentes níveis de dificuldades e em meio às contradições sociais, para a construção da conciliação entre o trabalho e o estudo. São eles: a faixa etária dos trabalhadores-estudantes, a cidade de residência (se na mesma da instituição em que estudam ou se em cidades vizinhas), o tipo de vínculo de trabalho (formal ou informal) e a faixa de remuneração.

Isso posto, explicitamos a seguir os aspectos metodológicos da pesquisa e os critérios de escolha e combinação dos referidos marcadores. Posteriormente, apresentaremos e discutiremos os dados em duas subseções: a primeira sobre a idade e a cidade de residência e a segunda sobre o tipo de vínculo de trabalho e a remuneração dos investigados. Por fim, reuniremos as constatações que, em conjunto e de forma não estanque, revelam as múltiplas determinações que envolvem o fenômeno da constituição da permanência estudantil entre aqueles que compõem as classes/frações populares, demonstrando subníveis de desigualdade.

1- ASPECTOS METODOLÓGICOS

A amostragem desta pesquisa foi de 150 (cento e cinquenta) estudantes matriculados no ensino técnico e superior noturnos, do IF Sudeste MG *campus São João del-Rei (SJDR)*, que estavam presentes nos dias de aplicação do questionário (segundo semestre de 2019) e que aceitaram participar da investigação. A população de estudantes matriculados nos cursos noturnos técnicos subsequentes e superiores (tecnólogos, bacharelado e licenciatura) do IF Sudeste MG *campus SJDR* era de 475 no segundo semestre de 2019. O percentual de estudantes que trabalham na instituição é de 64,5% (Carvalho; Dias; Silva, 2018). Dessa forma, a população de estudantes que trabalham é de 306, sendo que destes, 49% foram entrevistados.

Esse questionário foi composto por 22 (vinte e duas) questões, sendo 19 (dezenove) objetivas e 03 (três) perguntas abertas. Os eixos temáticos que subsidiaram a construção das perguntas foram: (1) perfil socioeconômico, (2) situação familiar, (3) informações sobre tipo de trabalho e renda, (3) processo de conciliação do trabalho e estudo e, por fim, (4) relações entre o trabalhador e o empregador.

Após a pré-análise dos dados, as variáveis (1) faixa etária, (2) cidade de residência, (3) tipo de vínculo de trabalho e (4) remuneração foram consideradas as mais fecundas dentre os eixos do questionário, por possibilitarem a explicitação sobre como marcadores sociais específicos trazem dificuldades de diferentes tipos para a construção da permanência estudantil, a partir das constatações de Abramo, Venturini e Corrochano (2020).

Nesse escopo, a análise empreendida foi a estatística bi e multivariada, cujos testes nos permitiram identificar associações e correlações importantes que nos auxiliam no

entendimento das condições sociais desses estudantes, ultrapassando os limites da descrição.

Em síntese, o processo de análise foi subdividido em quatro etapas:

- (1) Tabulação dos dados e o uso do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS);
- (2) Construção de um modelo de elaboração e análise a partir dos resultados dos testes realizados (Babbie, 1999);
- (3) Análise Bivariada por meio do teste qui-quadrado (QQ), segundo Fávero e Belfiore, 2017;
- (4) Análise multivariada por meio da análise de correspondência (AC), também segundo Fávero e Belfiore, 2017.

O teste QQ é uma técnica bivariada que permite verificar, a partir de um valor numérico obtido, a existência de associação (ou não) entre duas variáveis. Assim, para que a associação entre as variáveis seja confirmada, configurando a hipótese alternativa (H1), o resultado do teste QQ deve ser $P\text{-value} < 0,05$, indicando a relação de dependência entre elas. Se o resultado for $P\text{-value} > 0,05$, significa que a hipótese é nula (H0), não havendo associações, ou seja, as variáveis testadas são independentes entre si (Fávero; Belfiore, 2017).

Em seguida, com base nos resultados de QQ cujas hipóteses alternativas foram confirmadas (H1), realizamos a AC, uma técnica multivariada que propicia uma visualização gráfica da associação entre variáveis em um mapa perceptual, no qual os valores são representados em coordenadas (Fávero; Belfiore, 2017). Assim, a proximidade ou a distância gráfica entre a variável de controle e as variáveis dependentes (H1 — QQ $< 0,05$) indicam um resultado a ser observado.

Com a finalidade de organizar as relações entre as quatro variáveis de controle (Babbie, 1999) e as respectivas variáveis dependentes do teste QQ (H1), o quadro 1 e o quadro 2, apresentados no desenvolvimento do artigo, expressam o modelo de elaboração desta pesquisa.

Salientamos que, no decorrer dos testes, obtivemos um grande número de H1 e, portanto, para os limites de um artigo, foi necessário selecionar um recorte para a composição da AC e produção dos mapas perceptuais. Como critério, alinhados ao objetivo e ao referencial teórico da pesquisa, priorizamos as H1 que indicaram resultados sobre a importância do trabalho e do estudo para os entrevistados, as relações com o tempo e o espaço para trabalhar e estudar, a vivência acadêmica (desenvolvimento de atividade extracurricular) e, também, as de perfil, tais como cor, sexo, estado civil e dependentes familiares.

2- A PRODUÇÃO DA PERMANÊNCIA DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES A PARTIR DE QUATRO MARCADORES SOCIAIS

Abramo, Venturini e Corrochano (2020) trazem à tona a discussão sobre os diferentes modos de viver e significar o trabalho e o estudo concomitantes em múltiplos e complexos fatores. Os resultados dessa pesquisa indicaram que são muitas as trajetórias e juventudes conforme a posição no ciclo de vida e etapa de escolarização, além de destacarem que os aspectos da vida familiar não podem ser desprezados nesse tipo de análise.

Desse modo, os percursos desses sujeitos são caracterizados como não lineares, cambiantes e culminam em experiências diversas, vivenciadas em diferentes níveis de dificuldade. Os autores argumentam, ainda, que tal processo vai depender:

[...] da natureza do trabalho, da relação com a área de estudo e da condição e jornadas tanto de trabalho como do curso, além do tempo gasto e do desgaste provocado pelos deslocamentos de uma atividade a outra e destas ao local de morada, raras vezes próximos uns aos outros (Abramo; Venturini; Corrochano, 2020, p. 538).

Nesse sentido, os dados referentes aos quatro marcadores sociais apresentados nas próximas subseções informam alguns dos elementos que conformam essa diversidade de experiências, condicionando e diferenciando o contraditório processo de conciliação entre o trabalho e o estudo, ainda que os sujeitos sejam pertencentes à mesma classe (ou fração de classe) social. Com base no banco de dados do questionário aplicado e nos resultados de Abramo, Venturini e Corrochano (2020), selecionamos duas variáveis de controle referentes ao eixo do questionário *perfil socioeconômico* dos entrevistados (faixa etária e cidade de residência) e duas relacionadas ao eixo *tipo de trabalho e renda* (tipo de vínculo de trabalho e renda), a serem discutidas a seguir.

2.1 FAIXA ETÁRIA E CIDADE DE RESIDÊNCIA DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES

Esta subseção apresenta e discute as associações entre as variáveis de controle faixa etária e cidade de residência dos trabalhadores-estudantes e as respectivas H1 obtidas no teste QQ, conforme modelo de elaboração apresentado no quadro 1. Além disso, detalha e aprofunda, por meio de mapas perceptuais, as especificidades que envolvem esses dois primeiros marcadores sociais quando relacionadas ao recorte de variáveis dependentes que compõem a AC.

Quadro 1: Modelo de elaboração a partir das variáveis de controle faixa etária e cidade de residência dos trabalhadores-estudantes.

Variável de controle	Relação de variáveis com hipóteses alternativas confirmadas (H1)
Faixa Etária	Setor que trabalha Tipo de vínculo Remuneração Sair do trabalho para estudar sem compensação da carga horária Estudar horário ocioso Ausência do trabalho para participar de atividades acadêmicas Atividades extracurriculares O que é mais importante (trabalho ou estudo) O curso melhora o desempenho no seu trabalho Dedicar somente ao estudo.
Cidade de residência (SJDR, sede do campus ou demais cidades)	Carga horária Remuneração Ausência do trabalho para participar de atividades acadêmicas Sair do trabalho para estudar sem compensação da carga horária Espaços que utilizar para estudar O que é mais importante (trabalho ou estudo) Dedicar somente ao estudo

Fonte: Elaboração dos autores.

As variáveis de controle presentes no quadro 1 foram selecionadas a partir de uma primeira análise dos dados, pela qual identificamos relevância para o objetivo desta pesquisa quanto marcadores sociais que subsidiam o entendimento das condições e necessidades concretas

de produção da conciliação entre o trabalho e o estudo. Vejamos cada uma delas em suas relações de dependência identificadas no teste QQ e os mapas perceptuais produzidos.

a) Faixa etária

As variáveis presentes na segunda coluna do quadro 1 possuem relação de dependência com a variável de controle faixa etária, significando que subgrupos de estudantes mais jovens se diferenciam de subgrupos de estudantes mais velhos ao realizarmos o teste QQ e obtermos as H1 que se referem ao setor e ao tipo de vínculo de trabalho; ao valor da remuneração; às possibilidades concretas de sair do trabalho para estudar, sem precisar compensar a carga horária de trabalho utilizada; ao estudo no local de trabalho em horário ocioso; à ausência do trabalho para participarem de atividades acadêmicas; à participação em atividades extracurriculares; à avaliação comparativa a respeito da importância do trabalho e do estudo para suas vidas; ao impacto do curso que frequentam para o desempenho no trabalho; e, por último, à possibilidade de deixar de trabalhar para dedicar somente aos estudos.

As faixas de idade utilizadas na pesquisa foram baseadas no padrão utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), distribuídas de 5 em 5 anos, iniciando em 15 anos e terminando em 60 anos. Assim, tivemos respondentes cuja idade foi entre 18 e 59 anos (menores de idade não compuseram a amostra), conforme tabela abaixo:

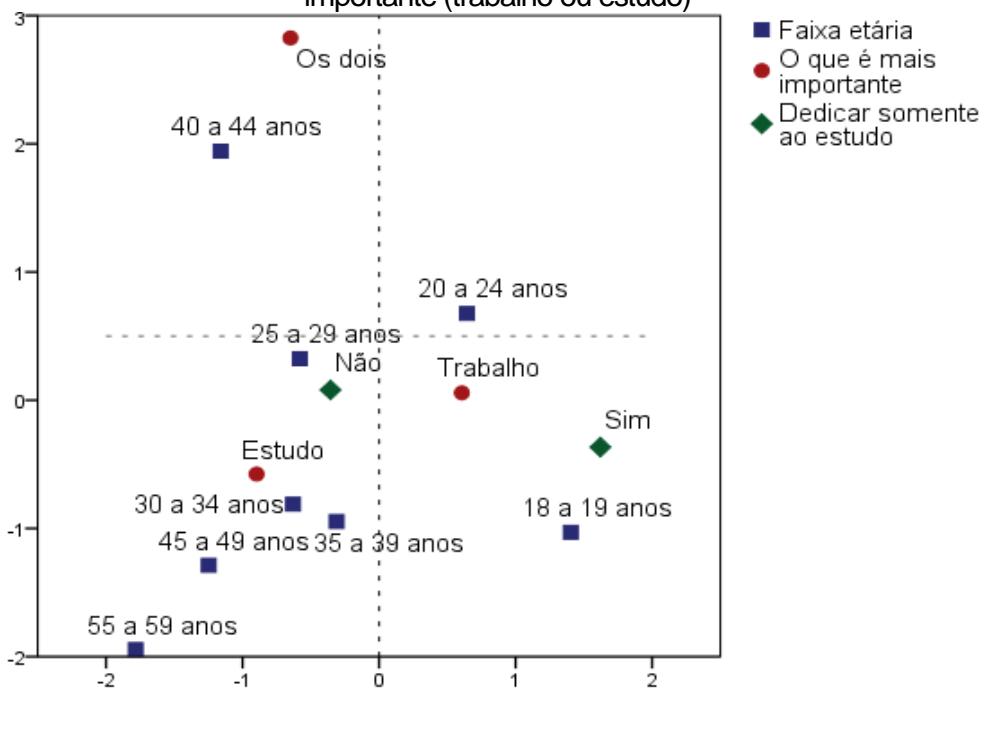
Tabela 1: Percentual de investigados por faixa etária.

Faixa de idade	Porcentagem	Faixa de idade	porcentagem
18 a 19 anos	10,7%	40 a 44 anos	2,7%
20 a 24 anos	32%	45 a 49 anos	2,7%
25 a 29 anos	28%	50 a 54 anos	0%
30 a 34 anos	14%	55 a 59 anos	0,7%
35 a 39 anos	9,3%	Mais de 60 anos	0%

Fonte: Elaboração dos autores.

Na figura 1 apresentamos a AC que expressa a relação de proximidade entre subgrupos de estudantes por faixa etária, no cruzamento com duas variáveis dependentes (H1) selecionadas do quadro 1, conforme critérios explicados na metodologia: dedicar somente ao estudo e o que é mais importante (o trabalho ou estudo).

Figura 1: Mapa perceptual entre faixa etária, dedicar somente ao estudo e o que é mais importante (trabalho ou estudo)



Fonte: Elaboração dos autores.

Tomemos como ponto de referência as faixas etárias (quadrado azul) e a relação de proximidade ou distanciamento dos ícones indicativos da avaliação do que é mais importante, o trabalho ou o estudo (círculo vermelho) e da (im)possibilidade de dedicação somente aos estudos (losango verde).

Observa-se, na figura 1, que os estudantes com idade entre 18 e 19 anos podem se dedicar somente aos estudos. Os demais se distanciam de tal possibilidade. A respeito da avaliação comparativa sobre o que é mais importante, o trabalho ou o estudo, podemos afirmar que aqueles cuja idade está entre 18 e 24 anos conferem maior importância ao trabalho. Nas demais faixas, a avaliação dos investigados é de que o estudo é mais importante que o trabalho, ainda que não haja possibilidade de dedicação somente ao curso em que se encontram matriculados.

A análise dos dados revela que os mais jovens (18 e 19 anos) se destacam como o grupo que pode dedicar exclusivamente aos estudos. Diante dessa realidade, esses estudantes se configuraram como o público-alvo de políticas institucionais de permanência do tipo materiais (podendo ainda ser combinadas com outros tipos). Nesse sentido, teriam o potencial de atingir a condição única de estudantes.

Por outro lado, a maioria absoluta dos estudantes acima de 20 anos são trabalhadores que buscam por qualificação profissional, sem a opção de dedicação exclusiva aos estudos. Conforme explicam Abramo, Venturini e Corrochano (2020, p. 536):

[...] a formação social em nível superior se torna possível, na maior parte das vezes, pela combinação entre trabalho e estudo: os jovens desenvolvem a estratégia de trabalhar para continuar estudando, pois não podem pedir a seus pais que os mantenham nessa fase da vida ou não se sentem confortáveis com isso.

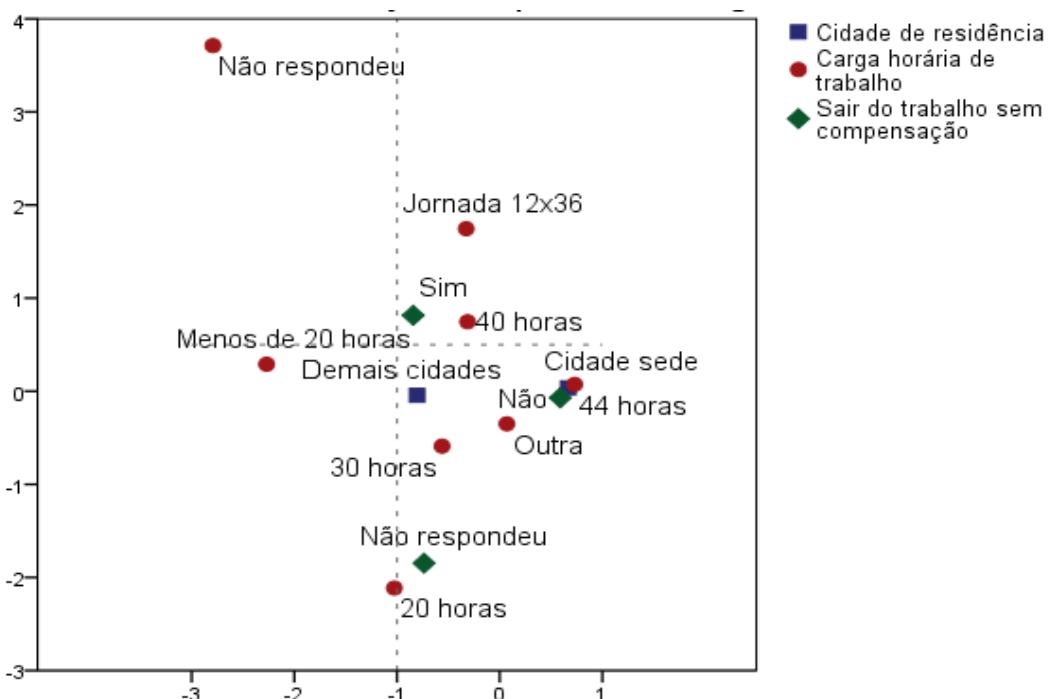
Portanto, nesse contexto, uma alternativa institucional seria a priorização de políticas materiais e simbólicas (Tavares, 2020b) cujos critérios fossem compatíveis com o exercício do trabalho.

b) Cidade de residência

As variáveis presentes na segunda coluna do quadro 1 possuem relação de dependência com a variável de controle cidade de residência, significando que os subgrupos de estudantes que residem na cidade-sede da instituição de ensino (SJDR) (54,7%) se diferenciam daqueles que residem em cidades vizinhas (45,3%) quando realizamos o teste QQ e obtivemos as H1 relativas à carga horária semanal trabalhada; ao valor da remuneração; à possibilidade de saírem do trabalho para estudar (sem necessitar de compensá-la posteriormente); à ausência do trabalho para participar de atividades acadêmicas; aos espaços que utilizam para estudar; à avaliação comparativa sobre a importância do trabalho e do estudo em suas vidas; e, por último, à possibilidade de dedicarem somente aos estudos.

Na figura 2 está exposta a AC que traduz a relação de proximidade entre os subgrupos de estudantes por tipo de cidade em que residem (sede ou demais cidades) no cruzamento com duas variáveis dependentes (H1) selecionadas do quadro 1: carga horária semanal de trabalho e sair do trabalho para estudar sem necessidade de compensação da carga horária.

Figura 2: Mapa perceptual entre cidade de residência (sede ou demais cidades), carga horária de trabalho e sair do trabalho sem compensação da carga horária



Fonte: Elaboração dos autores.

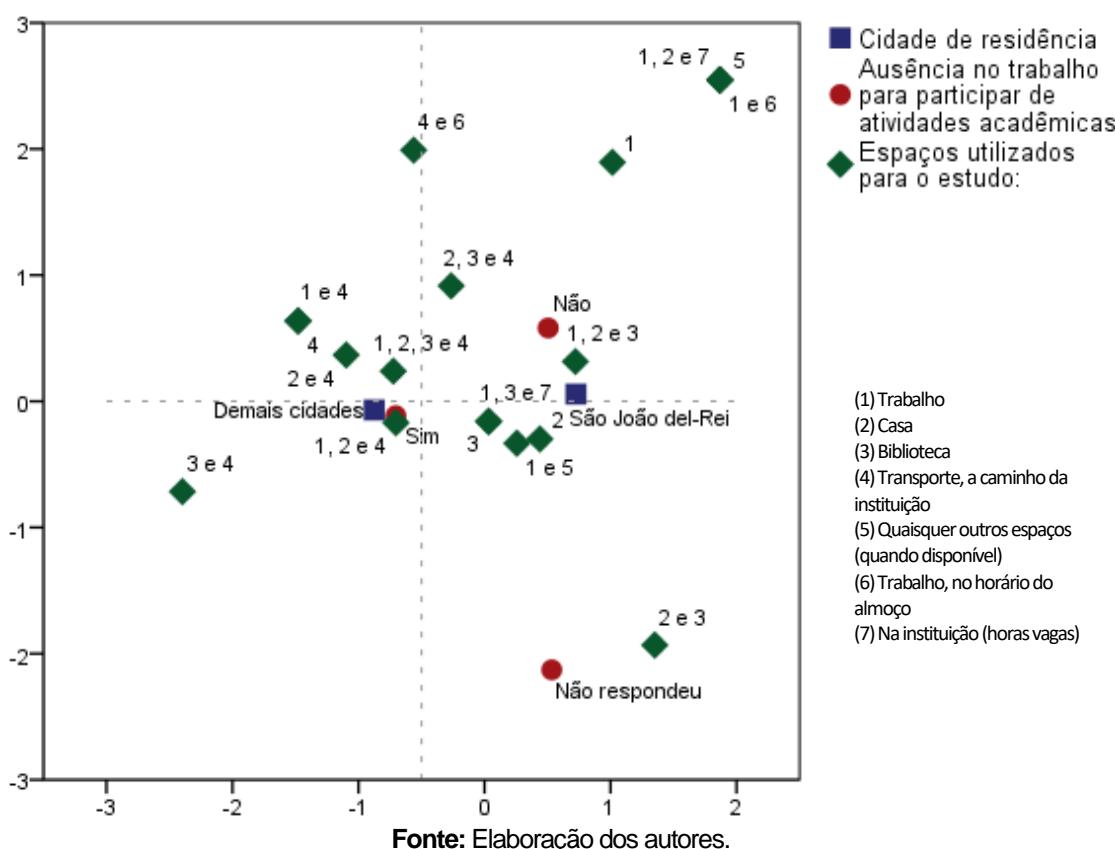
Tomemos como ponto de referência a cidade que os estudantes residem, a cidade sede da instituição de ensino (SJDR) ou as demais cidades vizinhas (quadrado azul) e a relação de proximidade ou distanciamento dos ícones indicativos de carga horária semanal de trabalho (círculo vermelho) e de possibilidade de sair do trabalho para estudar sem compensação da carga horária (losango verde).

Os estudantes que residem na cidade-sede do *campus SJDR* estão mais próximos das jornadas de trabalho de 40h, 44h e 12x36h. Isso significa que tal subgrupo possui menos tempo para estudar durante a semana, uma vez que cumprem jornadas de trabalho mais extensas. Além disso, a figura revela a dificuldade de obter permissão junto ao empregador para saírem mais cedo do trabalho (sem a necessidade de compensação da carga horária utilizada para estudar), com o objetivo de participar de atividades acadêmicas.

Diferentemente, os estudantes que residem em cidades vizinhas à sede da instituição de ensino possuem menor carga horária de trabalho semanal (entre 20 e 30 horas) e estão mais próximos da possibilidade de sair do trabalho para atividades acadêmicas sem a compensação do tempo utilizado. Por outro lado, é preciso considerar que esses mesmos estudantes demandam um tempo maior de deslocamento de suas cidades para frequentarem seus cursos.

Ademais, além de interferir na relação com o trabalho, residir ou não na cidade-sede da instituição de ensino também impacta nas atividades de estudo, como é possível visualizar na figura 3. Nela, a AC expressa a relação de proximidade dos subgrupos de estudantes por tipo de cidade em que residem (sede ou demais cidades vizinhas) e outras duas variáveis dependentes (H1) selecionadas do quadro 1: ausência no trabalho para participar de atividades extracurriculares e espaços que utilizam para estudar.

Figura 3: Mapa perceptual entre cidade de residência, espaços⁶ que utiliza para estudar e ausência no trabalho para participar de atividades acadêmicas extracurriculares



Tomemos como ponto de referência o tipo de cidade em que os estudantes residem, cidade sede – SJDR ou nas demais cidades vizinhas (quadrado azul) e a relação de proximidade ou distanciamento com os ícones indicativos de possibilidade de ausentar do trabalho para participar de atividades acadêmicas (círculo vermelho) e de espaços que utilizam para estudar (losango verde).

⁶ Devido à quantidade de informações, os resultados sobre os espaços utilizados para o estudo foram representados pelos números de 1 a 7, seguidos por um losango verde. Cada número corresponde a um espaço específico, sendo: (1) trabalho; (2) casa; (3) biblioteca; (4) caminho da instituição de ensino; (5) horas vagas independente do espaço; (6) horário de almoço no trabalho; e (7) horas vagas na instituição de ensino. Quando um losango apresenta mais de um número, isso indica que uma parte da amostra utiliza mais de um lugar de estudo.

Os discentes residentes na cidade-sede do *campus* em que estudam, SJDR, obtêm, em menor frequência, a permissão de saída do trabalho para participação em atividades extracurriculares quando comparados aos residentes nas demais cidades. Ressaltamos que tal ausência demandaria a compensação da carga horária no trabalho, ao contrário da variável sair do trabalho para estudar sem compensação da carga horária.

Sobre os espaços que utilizam para estudar, a figura demonstra que o local de trabalho, a casa e a biblioteca do *campus* são os mais utilizados pelos estudantes residentes na cidade-sede SJDR. Por outro lado, os discentes residentes nas demais cidades, utilizam, além dos espaços da casa e do trabalho, o espaço do transporte intermunicipal para se dedicarem ao estudo. Além disso, esse subgrupo utiliza a biblioteca da instituição com menor frequência.

Enfim, residir ou não na mesma cidade da instituição em que se estuda é um marcador que produz diferentes necessidades entre os trabalhadores-estudantes. Os residentes na cidade-sede da instituição analisada possuem menos tempo para o estudo e as atividades acadêmicas diurnas, por cumprirem uma carga diária de trabalho extensa. Esta constatação é relevante pois desconstrói (ao menos em parte) a falsa impressão de que trabalhar e estudar na mesma cidade só trariam facilidades.

Já aqueles que residem em cidades vizinhas possuem maior tempo e flexibilidade para produzirem a conciliação devido à menor carga horária de trabalho, ao mesmo tempo que, no campo das contradições, o transporte certamente representa um entrave, conforme foi também apontado por Abramo, Venturini e Corrochano (2020). Ou seja, a partir dessas associações, inferimos que a menor carga horária de trabalho traz implicações para que os trabalhadores residentes em cidades vizinhas possam estudar.

2.2 TIPO DE VÍNCULO DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO DOS TRABALHADORES-ESTUDANTES

Esta subseção se ocupa da apresentação das associações entre as variáveis de controle tipo de vínculo de trabalho e remuneração e as respectivas H1 obtidas por meio do teste QQ. Ademais, detalha e aprofunda, por meio de mapas perceptuais, as especificidades que envolvem esses dois marcadores sociais quando relacionadas ao recorte de variáveis dependentes que compõem a AC.

Quadro 2: Modelo de elaboração a partir das variáveis de controle tipo de vínculo de trabalho e remuneração dos trabalhadores-estudantes

Variável de controle	Relação de variáveis com hipóteses alternativas confirmadas (H1)
Tipo de vínculo de trabalho	Período Estado civil Faixa etária Possui dependentes Escolaridade do pai Setor que trabalha Carga horária Turno de trabalho Remuneração Sair do trabalho para estudar sem compensação de carga horária Sair do trabalho para estudar com compensação de carga horária Estudar na hora ociosa Estudo em grupo na empresa Conciliação entre férias escolares e férias de trabalho. Ausência no trabalho para participar de atividades extracurriculares Participação em atividades extracurriculares Dedicação somente aos estudos. Contribuição do curso para melhoria no trabalho
Remuneração	Curso Cor Sexo Estado civil Faixa etária Possui dependentes Escolaridade do pai Carga horária Setor que trabalha Tipo de vínculo Dedicação somente aos estudos O que é mais importante - trabalho ou estudo Horas de estudo nos finais de semana

Fonte: Elaboração dos autores.

Assim como no quadro 1, as variáveis de controle presentes no quadro 2 foram selecionadas a partir da pré-análise dos dados, por meio da qual analisamos a relevância para o objetivo desta pesquisa enquanto marcadores sociais. Nesse sentido, dentre as possibilidades de combinação após os testes, avaliamos que o tipo de vínculo de trabalho (formal ou informal) e a remuneração dos investigados (entre meio e três salários-mínimos) são características importantes para compreender as condições nas quais se encontram para conciliarem o trabalho e o estudo. Vejamos, na sequência, as associações e relações a partir das variáveis dependentes (H1) identificadas no QQ e os mapas perceptuais produzidos.

a) **Tipo de Vínculo de trabalho**

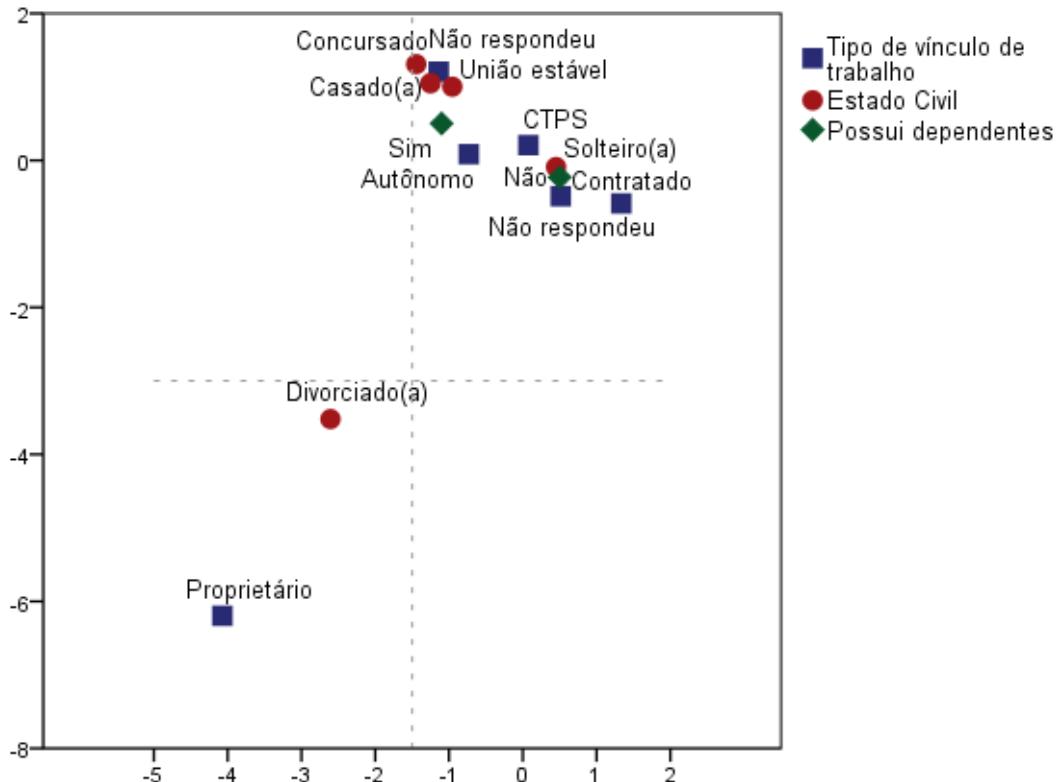
As variáveis presentes na segunda coluna do quadro 2 possuem relação de dependência com a variável de controle tipo de vínculo de trabalho, significando que subgrupos de estudantes que possuem carteira de trabalho assinada e os que são concursados se diferenciam daqueles que são autônomos e os que possuem um outro tipo de contrato de trabalho temporário. Essa constatação foi identificada ao realizarmos o teste QQ e obtermos as H1 referentes ao período semestral do curso em que se encontram; ao estado civil; à faixa etária; ao fato de possuírem dependentes e ao nível de escolaridade do pai. Os subgrupos se diferenciam também quando

relacionados ao setor de trabalho, à carga horária semanal, ao turno de trabalho e à remuneração. O mesmo ocorre quanto às possibilidades de saírem do trabalho para estudar com ou sem compensação de carga horária; de estudarem em horário de trabalho ocioso; de estudarem em grupo no local de trabalho; de conciliarem férias escolares com férias do trabalho e de se ausentarem do trabalho para participação em atividades extracurriculares. Por fim, tal marcador social está associado às (im)possibilidades de participação em atividades extracurriculares do curso, de dedicação exclusiva aos estudos e à avaliação sobre a contribuição do curso para a melhoria do desempenho no trabalho.

Em relação ao vínculo de trabalho, a amostra de estudantes é composta por 57,3% com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), 25,3% de contratados (temporários), 7,4% de concursados, 7,4% de autônomos, 1,3% de proprietários de pequenos negócios e 1,3% não responderam.

Logo abaixo, a figura 4 ilustra as relações entre o tipo de vínculo de trabalho e as duas H1 selecionadas para a AC: estado civil e possui dependentes.

Figura 4: Mapa perceptual entre tipo de vínculo de trabalho, estado civil e possui dependentes



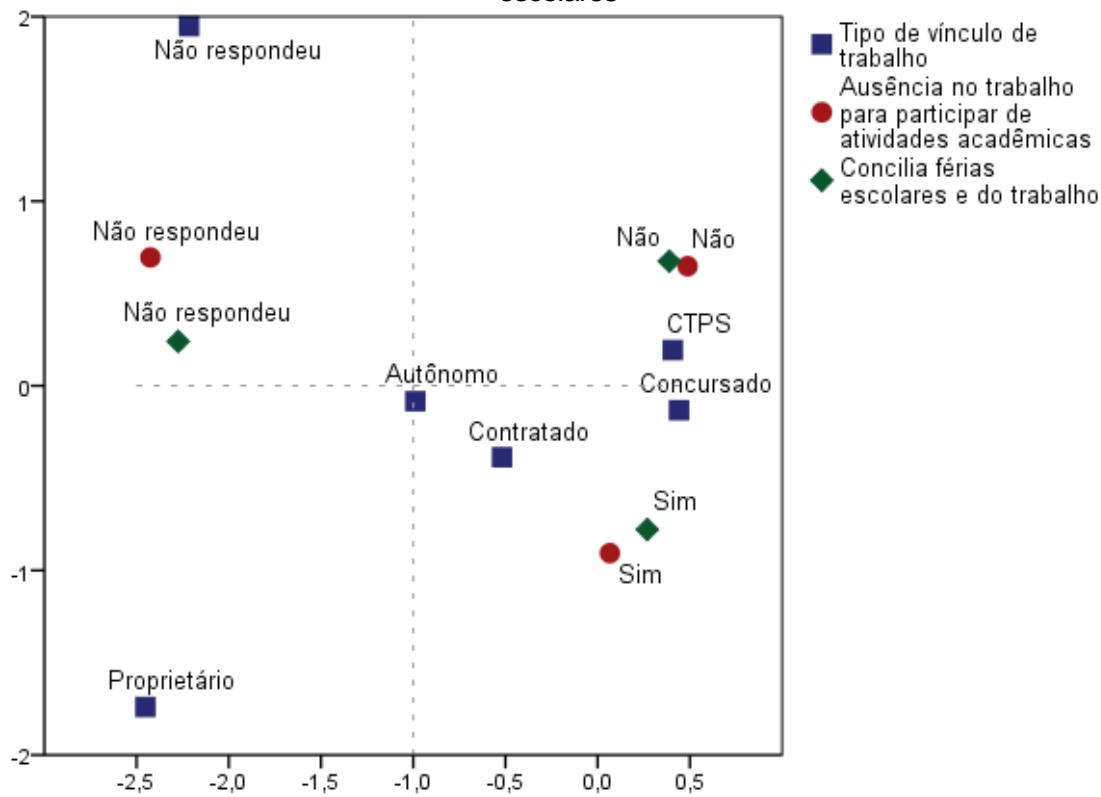
Fonte: Elaboração dos autores.

Tomemos como ponto de referência o tipo de vínculo (quadrado azul) e a relação de proximidade ou distanciamento dos ícones indicativos sobre estado civil (círculo vermelho) e possui dependentes (losango verde).

Os estudantes que possuem CTPS, contrato de trabalho temporário e os autônomos estão mais próximos do estado civil solteiro. E destes, somente os autônomos estão mais próximos da indicação de possuir dependentes. Já o subgrupo cujo vínculo de trabalho é concursado se encontra mais próximo dos tipos de estado civil casado e união estável e, também, possuem dependentes. Nesse caso, a necessidade do trabalho vai além do sustento pessoal, abrangendo o familiar, diferentemente dos demais subgrupos.

Continuando a análise deste marcador, a figura 5 expõe a análise de correspondência entre o tipo de vínculo e outras duas variáveis dependentes presentes no quadro 2, as possibilidades de ausência no trabalho para participar de atividades acadêmicas e de conciliar férias do trabalho com férias escolares.

Figura 5: Mapa perceptual entre tipo de vínculo de trabalho, possibilidade de ausência no trabalho para participar de atividades acadêmicas e de conciliar férias do trabalho com férias escolares



Fonte: Elaboração dos autores.

Tomemos como ponto de referência o tipo de vínculo de trabalho (quadrado azul) e a relação de proximidade ou distanciamento dos ícones indicativos de possibilidade de ausência no trabalho para participar de atividades acadêmicas (círculo vermelho) e de conciliação de férias (losango verde).

A permissão para ausentar do trabalho com finalidade de participação em atividades extracurriculares não é realidade dos trabalhadores-estudantes. Ela é um pouco mais frequente entre os contratados. Depois vêm os concursados, os autônomos e, por último, os que possuem CTPS, que são a maioria dos nossos investigados.

É notável na figura 5 que os discentes com vínculo formal (CTPS) não conciliam suas férias escolares com férias laborais, sendo esta uma realidade mais favorável aos concursados e aos que possuem outro tipo de contrato. Os autônomos não possuem férias regulares.

Enfim, é possível afirmar que os trabalhadores-estudantes com vínculo de trabalho do tipo formal, CTPS e concursado, possuem menor flexibilidade para frequentarem outras atividades acadêmicas diurnas, senão as aulas no período noturno, incorrendo em uma condição semelhante ao subgrupo de residentes na cidade-sede. Esse dado corrobora o argumento de Vargas e Paula (2013) sobre a desproteção social e legal do trabalhador-estudante.

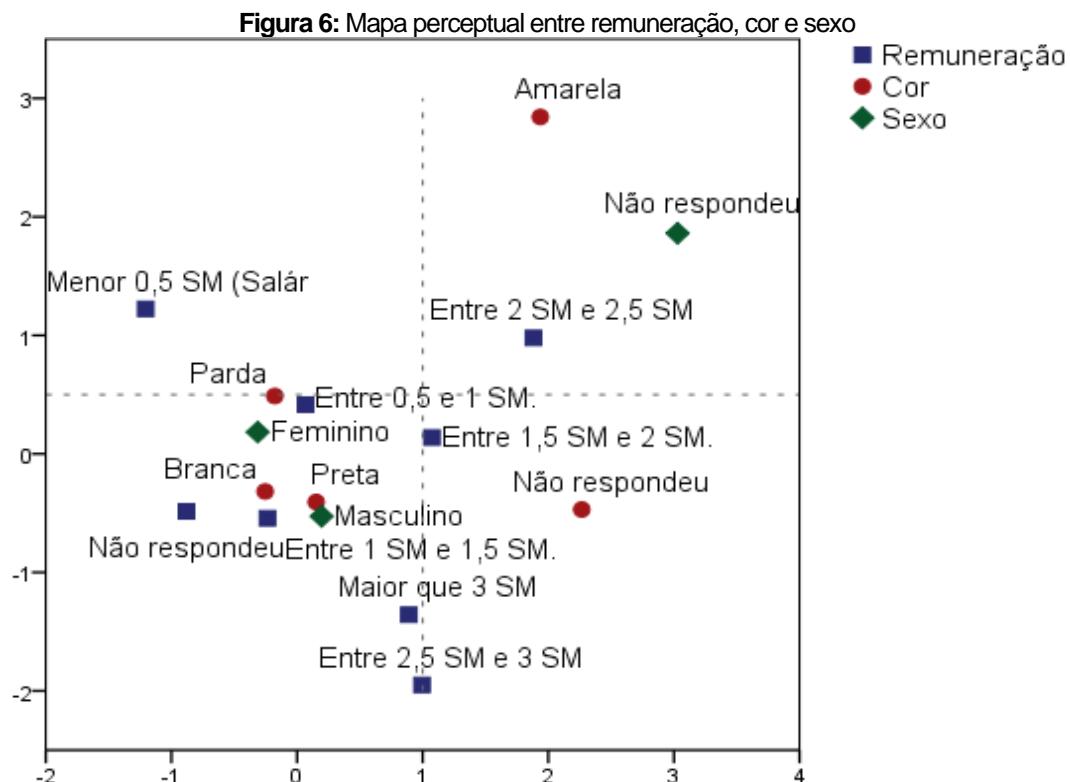
Em relação aos demais tipos de vínculo, que apresentam as maiores possibilidades de conciliação e participação em atividades acadêmicas, não podemos desconsiderar as diferentes formas de precarização dos sujeitos que trabalham de forma desregulada operando como obstáculo. De todo modo, o que esses dados revelam é que, independentemente do vínculo de trabalho, as políticas de apoio e viabilização à participação de atividades extracurriculares (Vargas e Heringer, 2017; Heringer, 2022) são urgentes.

b) Remuneração

As variáveis presentes na segunda coluna do quadro 2 possuem relação de dependência com a variável de controle remuneração, significando que subgrupos de estudantes com menor faixa salarial se diferenciam daqueles que recebem faixas maiores ao realizarmos o teste QQ e obtermos as H1 referentes ao curso em que os investigados estão matriculados, à cor, ao sexo, ao estado civil, à faixa etária, ao fato de possuir ou não dependentes e à escolaridade do pai. Também ocorre essa diferenciação quanto à carga horária semanal trabalhada, ao setor e ao tipo de vínculo de trabalho. No contexto acadêmico, o mesmo acontece quanto à possibilidade de dedicação somente aos estudos, à avaliação dos investigados sobre o que é mais importante, o trabalho ou o estudo e, por fim, à destinação de horas de estudo nos fins de semana.

Os dados gerais sobre a remuneração indicam que 11,3% dos investigados recebem até meio salário-mínimo; 25,3% recebem entre meio e um; 44,7% entre um e um e meio; 8,7% entre um e meio e dois; 5,3% entre dois e dois e meio; 1,3% entre dois e meio e três; 2,7% maior que três salários-mínimos e 0,7% não responderam.

Vejamos, na figura 6, a AC que traduz a relação de proximidade dos subgrupos de estudantes por faixa de remuneração e duas H1 selecionadas do quadro 2: cor e sexo.



Fonte: Elaboração dos autores.

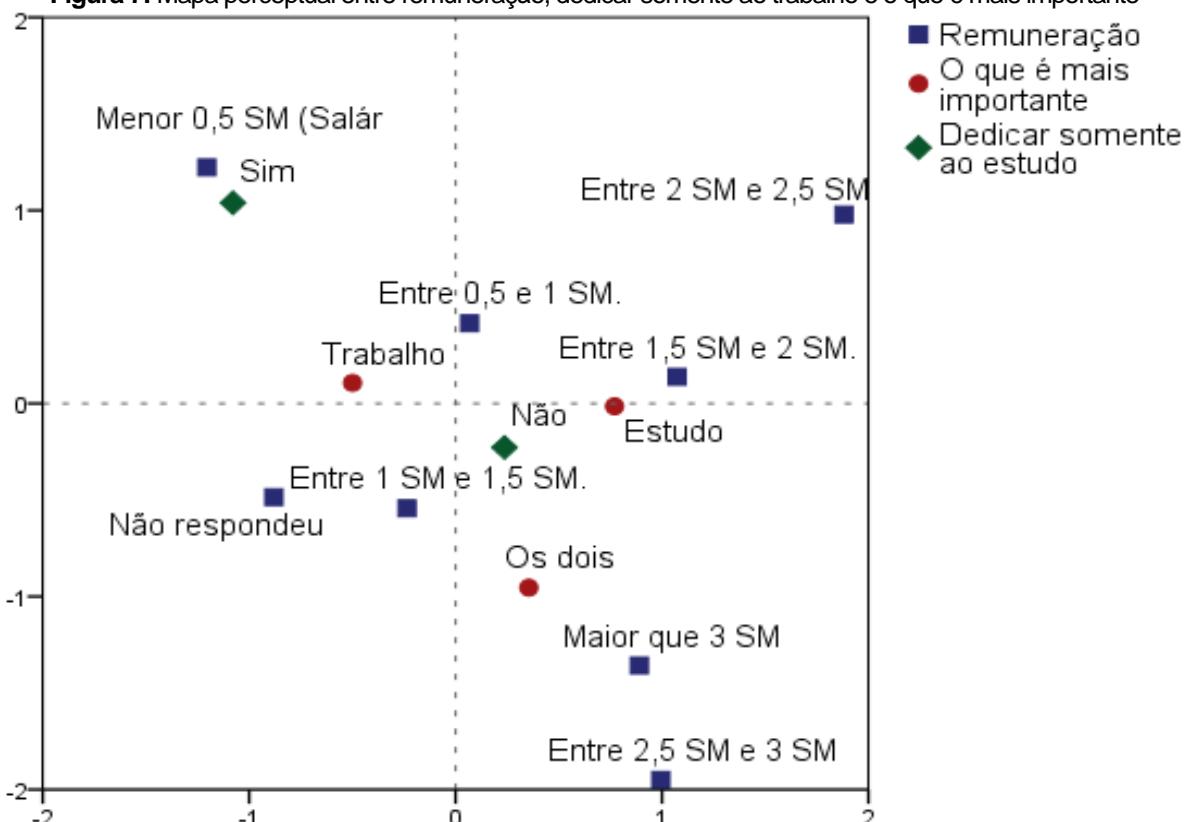
Tomemos como ponto de referência as faixas de remuneração presentes na figura 6, representadas pelo (quadrado azul) e a relação de proximidade ou distanciamento dos ícones indicativos de cor (círculo vermelho) e do sexo (losango verde).

A condição dos trabalhadores-estudantes pardos chama a atenção, uma vez que estão próximos das menores faixas (menor que meio e meio a um salário), enquanto os pretos e os brancos se encontram perto das faixas com maiores salários. Analisando as relações de gênero, fica evidente que as remunerações mais elevadas estão posicionadas a uma menor distância dos homens, estando as mulheres situadas mais próximas das faixas salariais menores.

Corroborando a discussão trazida por Guimarães, Brito e Comin (2020), sobre o aprofundamento da desigualdade, a figura 6 expressa a condição mais vulnerável dos pardos e das mulheres. Esse dado ratifica a importância da formulação de políticas de permanência estudantil, tanto materiais quanto simbólicas a estes públicos, convergindo com Mendes (2020b).

Além dos aspectos apresentados acima, a variável remuneração traz implicações para a relação com os estudos. Vejamos então, na figura 7, a AC com a relação de proximidade dos subgrupos de estudantes por faixa de remuneração e outras duas H1 selecionadas do quadro 2: a possibilidade de dedicação somente aos estudos e à avaliação sobre o que é mais importante - o trabalho ou o estudo.

Figura 7: Mapa perceptual entre remuneração, dedicar somente ao trabalho e o que é mais importante



Fonte: Elaboração dos autores

Tomemos como ponto de referência as faixas de remuneração (quadrado azul) e a relação de proximidade ou distanciamento dos ícones que indicam o que é mais importante — o trabalho ou o estudo (círculo vermelho) e a avaliação sobre a possibilidade de dedicação somente aos estudos (losango verde).

Os estudantes que recebem abaixo de meio, entre meio e um e um a um meio salários atribuem maior importância ao trabalho. Como hipótese, relacionamos essa tendência à necessidade de sobrevivência imposta pelas condições concretas de vida e suprida pelo exercício do trabalho.

Por outro lado, aqueles com as maiores faixas de remuneração consideram o estudo mais importante. Esse dado revela o aspecto simbólico e afirmativo sobre o quanto importante é o processo de qualificação profissional para esses sujeitos, ainda que a diferença de salários entre diplomados e não diplomados esteja em queda, “fruto do crescimento dos salários mais baixos” (Comin e Barbosa, 2011, p. 95).

Por fim, a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos é uma alternativa para os investigados com remuneração abaixo de meio salário-mínimo, indicando que políticas materiais de assistência estudantil poderiam possibilitar a esse subgrupo a condição única de estudantes. Todos os demais subgrupos encontram-se mais próximos do losango verde, que indica a negação dessa assertiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As associações identificadas neste estudo permitiram aprofundar e especificar, a cada marcador social analisado, como as condições concretas de vida, historicamente construídas, operam de diferentes formas na construção diária da permanência dos trabalhadores-estudantes, ainda que eles integrem a mesma classe/fração social e estudem na mesma instituição de ensino.

Os resultados indicaram que, observadas as faixas etárias, cidade de residência, tipo de vínculo de trabalho e faixas de remuneração, subgrupos específicos de estudantes estão sujeitos a circunstâncias particulares de vida que, por sua vez, produzem diferentes necessidades diante do contraditório processo de conciliação dessa dupla jornada. Ou seja, ainda que pertençam à mesma classe social, que sejam igualmente trabalhadores-estudantes, a produção da permanência estudantil não demandará as mesmas estratégias e nem as mesmas políticas institucionais.

A partir do exposto, destacamos que, embora longe de uma condição de igualdade de direitos, já prevista constitucionalmente e pela qual lutamos, a produção desse tipo de conhecimento cumpre a função social, ética e política de desconstruir as explicações simplistas e pseudoconcretas que buscam invisibilizar, tanto os antagonismos sociais quanto a relevância das políticas públicas, ancoradas no fetiche da meritocracia e do individualismo como única explicação para a permanência estudantil. Ao mesmo tempo, esperamos que esses resultados, em uma perspectiva institucional educacional, possam contribuir para a elaboração e o aprimoramento de políticas de permanência no sentido ampliado do termo, avessas à superficialidade e aos simplismos. E que tais políticas convirjam para um objetivo maior, o de disputar e alcançar as transformações necessárias e possíveis no atual momento histórico, rumo à construção de uma formação social justa, na qual a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos seja a regra e não a exceção.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2020, v. 39, n. 3, pp. 523-542. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/s01013300202000030004>>. Acesso em: 27/06/2021.

ALVES, Giovanni. A nova morfologia do trabalho no Brasil na década de 2000. **Perspectivas**, 39, 155 – 77, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/108194/ISSN1984-0241-2011-39-155-177.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20/11/2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Notas Estatísticas: Censo Escolar da Educação Superior, 2019.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 30/01/2020.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CARVALHO, Gisele Francisca da Silva; DIAS, Rafaela Kelsen; SILVA, Rhuan Jonathan (org.). **A tensa relação entre o trabalho e o estudo no Brasil:** os desafios enfrentados pelos estudantes do ensino técnico e superior noturno. São João del-Rei: IF Sudeste MG – Campus SJDR, 2018. Disponível em: <https://edipet.wixsite.com/site/publicacoes-do-grupo>. Acesso em: 24/06/2022.

COMIN, Álvaro A.; BARBOSA, Rogério Jerônimo Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos estudos CEBRAP [online].** 2011, n. 91, pp. 75-95. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-3300201100030004>. Acesso em: 20/07/2021.

FÁVERO, Luiz Paulo; BELFIORI, Patrícia. **Manual de Análise de Dados:** Estatística e Modelagem Multivariada com Excel, SPSS e Stata. Elsevier, 2017.

GUIMARÃES, Nadya Araújo, BRITO, Murilo Alves de; COMIN, Álvaro. Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? **Novos estudos CEBRAP [online].** 2020, v. 39, n. 3 [Acessado 24 Junho 2022] , pp. 475-498. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030002>. Acesso em: 24/06/2021.

HERINGER, Rosana. Políticas de acesso e permanência na Universidade do Texas, Austin (EUA): elementos para reflexão sobre o caso brasileiro. **Educar em Revista**, Curitiba , v. 38, e78962, 2022 . Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-. Acesso em: 20/07/2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade.** 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>. Acesso em: 20/11/2021.

MENDES, Maíra. Tavares. Políticas de Reconhecimento e de Redistribuição na Permanência Estudantil. **Educação & Realidade.** 45(4), 2020a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623696281>. Acesso em: 20/10/2022.

MENDES, Maíra. Tavares. (2020b). Mapeando a produção sobre permanência estudantil: categorias em articulação e estratégias de permanência. **Revista de Estudos Universitários**, 46(2), 385-408, 2020b. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/40402021>. Acesso em: 14/11/2021.

SPOSITO, Marília Pontes; ANDRADE, Cleide Lugarini. O aluno do curso superior noturno: um estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa**. N.57, P. 3-19, 1986. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1333/1333>. Acesso em: 20/11/2021.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas) [online]. 2013, v. 18, n. 2, pp. 459-485. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000200012>. Acesso em: 24/06/2022.

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, 25(72). 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275050047114.pdf>. Acesso em: 24/06/2022.

Data da submissão: 28/04/2023

Data da aprovação: 20/08/2024